

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Dividendo	31/08/2012	Ordinária		0,61408
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Dividendo	31/08/2012	Preferencial		0,67548
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	31/08/2012	Ordinária		0,74083
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	31/08/2012	Preferencial		0,81491

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	31.105.962	26.435.588
1.01	Ativo Circulante	14.426.714	10.584.659
1.01.01	Disponibilidades	105.331	97.086
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.424.153	3.240.283
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	6.303.860	3.036.454
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	120.293	203.829
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	538.592	233.192
1.01.03.01	Carteira Própria	391.164	233.158
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	34
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	147.428	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	364.189	267.274
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	64.486	90
1.01.04.02	Depósito no Banco Central	291.958	260.563
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	6.165	4.984
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	972	905
1.01.04.05	Correspondentes	608	732
1.01.06	Operações de Crédito	4.885.778	4.950.715
1.01.06.01	Setor Público	85.487	78.446
1.01.06.02	Setor Privado	5.118.612	5.173.329
1.01.06.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-318.321	-301.060
1.01.08	Outros Créditos	2.079.472	1.778.988
1.01.08.02	Carteria de Câmbio	545.013	641.071
1.01.08.03	Rendas a Receber	25.489	22.902
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	4	0
1.01.08.05	Diversos	1.587.439	1.118.570
1.01.08.06	(Prov. para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	-78.473	-3.555
1.01.09	Outros Valores e Bens	29.199	17.121
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.412	6.169
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-845	-1.248
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	23.632	12.200
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.479.542	15.662.089
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	10.505.689	9.874.595
1.02.02.01	Carteira Própria	9.485.455	8.878.659
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	712.623	672.509
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	179.780	44.860
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	127.831	278.567
1.02.03	Relações Interfinanceiras	40.063	36.863
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Rec. do Crédito Rural	3	422
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	36.658	32.369
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	3.402	4.072
1.02.05	Operações de Crédito	5.438.934	5.639.615
1.02.05.01	Setor Público	1.279.940	1.255.601
1.02.05.02	Setor Privado	4.511.873	4.704.792
1.02.05.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-352.879	-320.778
1.02.07	Outros Créditos	494.856	111.016
1.02.07.02	Diversos	494.856	161.747

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.07.03	(Prov. para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	0	-50.731
1.03	Ativo Permanente	199.706	188.840
1.03.01	Investimentos	1.715	1.568
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.018	6.871
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	196.893	185.569
1.03.02.01	Imóveis de Uso	150.572	137.759
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	105.410
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	186.166	166.672
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-245.255	-224.272
1.03.05	Diferido	1.098	1.703
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	3.556	4.624
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-2.458	-2.921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	31.105.962	26.435.588
2.01	Passivo Circulante	11.167.285	9.748.154
2.01.01	Depósitos	4.764.672	5.115.979
2.01.01.01	Depósitos a Vista	115.108	162.445
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.501.771	1.329.994
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	699.914	588.986
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.447.879	3.034.554
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	802.350	637.812
2.01.02.01	Carteira Própria	641.695	603.883
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	160.655	33.929
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	159.156	199.732
2.01.03.01	Rec. Letras Imob.Hipotecárias, Crédito e Similares	136.679	196.364
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	22.477	3.368
2.01.04	Relações Interfinanceiras	46.186	4
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	46.186	4
2.01.05	Relações Interdependências	10.292	7.142
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	10.247	7.142
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	45	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	844.816	849.768
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	17.954	16.511
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	826.862	833.257
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	215.190	173.427
2.01.07.01	Tesouro Nacional	252	217
2.01.07.02	BNDES	197.064	162.562
2.01.07.03	FINAME	17.874	10.648
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	89.037	81.291
2.01.09	Outras Obrigações	4.235.586	2.682.999
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.530	7.615
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	46.547	4.805
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	15.636	1.188
2.01.09.04	Sociais e Estatutários	16.251	12.254
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciários	535.913	525.820
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	72	0
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.314.822	1.102.922
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	0	70.164
2.01.09.09	Diversas	1.303.815	958.231
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	17.455.726	14.357.919
2.02.01	Depósitos	5.204.672	3.848.520
2.02.01.01	Depósitos à Vista	15.286	21.179
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	34.462	0
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	5.154.924	3.827.341
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	68.929	66.561
2.02.02.01	Carteira Própria	68.929	66.561
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.286.650	563.876
2.02.03.01	Rec. Letras Imob.Hipotecárias, Crédito e Similares	412	0
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.286.238	563.876

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	17.263	33.021
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	17.263	33.021
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.346.902	1.113.258
2.02.07.01	Tesouro Nacional	595	775
2.02.07.02	BNDES	1.210.712	990.332
2.02.07.03	FINAME	135.595	122.151
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	762.826	759.101
2.02.09	Outras Obrigações	8.768.484	7.973.582
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.058	13.513
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.807.518	3.617.155
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.161.438	1.067.708
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.303.638	1.216.319
2.02.09.05	Diversas	2.484.832	2.058.887
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	16
2.05	Patrimônio Líquido	2.482.951	2.329.499
2.05.01	Capital Social Realizado	2.141.616	2.009.616
2.05.01.01	Domiciliados no País	2.142.000	2.010.000
2.05.01.02	(Ações em Tesouraria)	-384	-384
2.05.03	Reservas de Reavaliação	23.478	25.198
2.05.03.01	Ativos Próprios	23.478	25.198
2.05.04	Reservas de Lucro	229.566	244.536
2.05.04.01	Legal	116.936	104.636
2.05.04.02	Estatutária	112.630	132.862
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	7.038
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	103.098	50.149
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.807	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	773.842	2.703.090	1.131.422	2.565.559
3.01.01	Operações de Crédito	408.766	1.410.624	572.574	1.355.836
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	326.428	1.020.900	367.940	1.015.929
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-20	114.245	69.208	29.041
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	32.304	139.627	113.963	148.619
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	4.195	15.525	7.737	16.134
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	2.169	2.169	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-514.791	-2.026.336	-800.090	-1.604.545
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-199.261	-784.341	-372.950	-799.464
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-160.955	-846.713	-419.911	-692.867
3.02.03	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-2	-2	0	0
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	-154.573	-395.280	-7.229	-112.214
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	259.051	676.754	331.332	961.014
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-430.208	-823.143	-98.711	-253.591
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	314.932	1.038.908	342.499	988.331
3.04.02	Despesas de Pessoal	-538.656	-1.270.321	-250.486	-735.140
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-195.729	-615.509	-207.516	-569.406
3.04.04	Despesas Tributárias	-46.264	-142.534	-45.795	-138.168
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	335.512	1.149.564	275.408	865.938
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-300.003	-983.251	-212.821	-665.146
3.05	Resultado Operacional	-171.157	-146.389	232.621	707.423
3.06	Resultado Não Operacional	1.151	2.270	203	-533
3.06.01	Receitas	1.261	2.937	892	3.023
3.06.02	Despesas	-110	-667	-689	-3.556
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-170.006	-144.119	232.824	706.890
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-81.432	-221.744	-45.355	-209.519
3.09	IR Diferido	240.555	618.492	-45.898	-29.938
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-4.498	-22.004	-22.468	-47.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
				01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011
3.10.01	Participações	-4.498	-22.004	-22.468	-47.637
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	-15.381	230.625	119.103	419.796
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	-0,17681	2,65111	1,36913	4,82569

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
				01/01/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.381	230.625	119.103	419.796
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.000	54.669	-13.569	-28.029
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-17.622	88.249	-23.617	-49.738
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	7.049	-35.300	9.447	19.895
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	956	2.868	1.001	3.023
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-383	-1.148	-400	-1.209
4.03	Resultado Abrangente do Período	-25.381	285.294	105.534	391.767

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.978.104	1.160.392
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.858.757	1.197.922
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	230.625	419.796
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	21.749	20.394
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-404	0
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	366.526	164.406
6.01.01.06	Provisão para Outros Créditos	28.754	2.302
6.01.01.07	Provisão para Passivo Risco do FNE	488.223	258.953
6.01.01.08	Despesas de Outras Provisões Operacionais	4.212	9.581
6.01.01.09	Provisão para Passivo Contigente	102.021	38.718
6.01.01.10	Reversão de Provisões Operacionais	-118.357	-66.302
6.01.01.11	Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	87.319	84.990
6.01.01.12	Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	96.186	100.845
6.01.01.13	Aplicações no Diferido	0	-320
6.01.01.14	Provisão (Benefícios pós emprego - Deliberação CVM 600)	551.928	68.811
6.01.01.15	Dividendos e Juros sobre o capital próprio Provisionados	-9	96.217
6.01.01.16	Resultado de Exercícios Futuros	-16	0
6.01.01.17	Reserva de Reavaliação	0	-469
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.119.347	-37.530
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-125.256	-22.383
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependências	-50.783	-57.476
6.01.02.03	Operações de Crédito	-100.908	-500.865
6.01.02.04	Outros Créditos	-564.310	-317.997
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-11.816	-8.890
6.01.02.06	Depósitos	1.004.845	306.542
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	166.906	228.755
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	682.197	205.924
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	266.168	110.866
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	-142.426	-60.554
6.01.02.11	Outras Obrigações	1.143.499	221.922
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-148.769	-143.374
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-785.148	-1.822.745
6.02.01	Títulos Valores Mobilários Disponíveis para Venda	-752.675	-1.801.127
6.02.02	Inversões em Investimentos	-147	-60
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-32.496	-22.774
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-383	-603
6.02.05	Alienação de Investimentos	0	-6
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	28	872
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	525	953
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-130.113	-252.262
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-130.113	-252.262
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.062.843	-914.615
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.185.693	3.869.499
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.248.536	2.954.884

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.03	Saldo Ajustado	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	230.625	0	230.625
5.05	Destinações	0	0	0	117.030	-247.152	0	-130.122
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-61.467	0	-61.467
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	117.030	-185.685	0	-68.655
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	12.300	-12.300	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	111.768	-111.768	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	0	-61.521	0	-61.521
5.05.03.04	Outros	0	0	0	-7.038	0	0	-7.038
5.05.03.05	Provisão de Imposto de Renda sobre Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	-96	0	-96
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.720	0	1.720	52.949	52.949
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	52.949	52.949
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-1.720	0	1.720	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.142.000	0	23.478	229.566	-14.807	102.714	2.482.951

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.03	Saldo Ajustado	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	419.796	0	419.796
5.05	Destinações	0	0	0	178.818	-334.863	0	-156.045
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-92.081	0	-92.081
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	32.957	-96.921	0	-63.964
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	145.861	-145.861	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	15.035	-15.035	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	130.826	-130.826	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.283	0	1.814	-29.843	-30.312
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-29.843	-29.843
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-2.283	0	1.814	0	-469
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	159.000	0	0	-159.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.010.000	0	25.781	268.346	86.747	19.903	2.410.777

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	3.515.299	3.611.997
7.01.01	Intermediação Financeira	2.703.090	2.565.559
7.01.02	Prestação de Serviços	1.038.908	988.331
7.01.03	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-395.280	-112.214
7.01.04	Outras	168.581	170.321
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.631.054	-1.492.331
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-575.281	-523.938
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-166.582	-185.713
7.03.02	Serviços de Terceiros	-408.699	-338.225
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.308.964	1.595.728
7.05	Retenções	-21.749	-20.395
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.749	-20.395
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.287.215	1.575.333
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.287.215	1.575.333
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.287.215	1.575.333
7.09.01	Pessoal	1.178.572	688.829
7.09.01.01	Remuneração Direta	502.202	489.079
7.09.01.02	Benefícios	639.781	166.239
7.09.01.03	F.G.T.S.	36.589	33.511
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-140.461	441.634
7.09.02.01	Federais	-151.334	430.660
7.09.02.02	Estaduais	32	13
7.09.02.03	Municipais	10.841	10.961
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.479	25.074
7.09.03.01	Aluguéis	18.479	25.074
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	230.625	419.796
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	67.300	63.964
7.09.04.02	Dividendos	55.785	92.081
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.540	263.751

Comentário do Desempenho

INTRODUÇÃO

No terceiro trimestre de 2012, o Banco do Nordeste contratou o valor de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, envolvendo 935.486 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco, apresentando crescimento de 11,4% na quantidade e redução de 19,3% no valor em relação ao terceiro trimestre de 2011. Já com relação ao período de janeiro a setembro de 2012 foram contratadas 2.751.954 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco no valor de R\$ 14,2 bilhões, com crescimento de 17,6% na quantidade e redução de 5,5% no valor contratado em comparação com igual período de 2011. Dessa maneira, o Banco do Nordeste continua buscando atingir no ano de 2012 o objetivo estratégico de apoiar o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Avaliação do Prodetur/NE II pelo Banco do Nordeste, BID, Ministério do Turismo e Governos Estaduais – Em 5 de julho de 2012, representantes do Banco do Nordeste, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Ministério do Turismo (Mtur) e dos Governos Estaduais reuniram-se para avaliar o relatório final do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II) em Fortaleza (CE). Encerrada em março de 2012, a segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II) destinou recursos para a execução de 136 projetos nos diversos componentes de sua matriz de financiamento. Desse total, foram contemplados 52 projetos de fortalecimento da capacidade municipal, 81 projetos de planejamento estratégico, capacitação e infraestrutura e três projetos de promoção de investimento privado. Os recursos envolvidos chegaram ao montante de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões oriundos do Contrato de Empréstimo 1392/OC-BR e um montante mínimo de US\$ 160 milhões (40% do total) de contrapartida da União, dos Estados e dos Municípios. Além disso, os investimentos privados realizados com recursos do FNE-Proatur nos municípios ao redor dos Projetos apoiados pelo Prodetur atingiram R\$ 1,4 bilhão nos últimos 10 anos. O Prodetur beneficiou polos turísticos de cinco Estados Nordestinos – Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí, além do Pólo do Vale do Jequitinhonha no norte de Minas Gerais. Ele teve seu escopo de ações expandido em relação a sua primeira fase, contemplando, além de infraestrutura, ações voltadas para o fortalecimento da gestão do turismo e ações de capacitação profissional e empresarial do setor. Dos recursos colocados à disposição dos Estados, foram aplicados 99,7% em ações de projetos de fortalecimento da capacidade municipal da gestão do turismo, planejamento estratégico, capacitação e infraestrutura para o crescimento turístico. Tomando como base os resultados do Prodetur/NE I, para assegurar que os futuros investimentos do setor promovessem o crescimento do turismo de forma sustentável e responsável, foi firmado entre o Banco do Nordeste e o BID, o segundo Contrato de Empréstimo nº 1392-OC/BR, com vistas à execução do Prodetur/NE II. A segunda versão do Programa introduziu novos conceitos e mecanismos de planejamento, entre os quais destacam-se: a criação e implantação dos Polos de Desenvolvimento Integrado do Turismo; o processo de planejamento setorial integrado e participativo; e a busca pelo fortalecimento da capacidade de planejamento e de gerenciamento ambiental, administrativo e fiscal de Estados e Municípios participantes do Programa.

Inauguração de mais duas unidades do Espaço Nordeste no Estado da Bahia – O Banco do Nordeste inaugurou mais duas unidades do Espaço Nordeste na Bahia: Amargosa, no dia 5 de julho, e Lençóis,

Comentário do Desempenho

no dia 6 de julho de 2012. Com isso, são três equipamentos disponibilizados para os baianos, estando o primeiro já em funcionamento no município de Euclides da Cunha, beneficiando diariamente centenas de pessoas. A implantação do Espaço Nordeste em Amargosa teve como parceiro a Prefeitura Municipal, que disponibilizou a antiga estação de trem na Praça do Bosque. Já em Lençóis, o parceiro é o projeto Grãos de Luz e Griô, que compartilhou as instalações físicas para funcionamento do Espaço Nordeste. O projeto Grãos de Luz e Griô já funcionava como ponto de cultura, programa do Ministério da Cultura, sendo responsável pela educação de 130 crianças, adolescentes e jovens por meio de oficinas de identidade, arte, artesanato e economia solidária, tendo como tema gerador tradição oral e cidadania. Além da estrutura montada pelo Espaço Nordeste, o projeto já possuía estúdio de música, sala para produção e edição de vídeo e música, espaço para oficinas de artes e um pequeno palco para apresentações. Com o Espaço Nordeste, o projeto agrega uma biblioteca, sala de leitura, espaço de vivências, sala para negócios e reuniões e laboratório com 11 computadores para acesso à internet.

Disponibilização de informações socioeconômicas sobre o Nordeste pelo Banco do Nordeste – Em julho de 2012, o Banco do Nordeste, por meio do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), disponibilizou na Internet duas publicações que trazem informações relevantes sobre a realidade econômica e social da área de atuação do Banco, que corresponde à região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. De periodicidade anual, a edição de “Nordeste do Brasil: Sinopse Estatística 2012” retrata a realidade socioeconômica da Região com os dados mais recentes disponíveis. Ela está disponível para download gratuito na página do Banco do Nordeste na Internet, ou diretamente no link <http://bit.ly/PQL5pv>. Os dados são apresentados preponderantemente em tabelas e, em algumas situações, detalhados em gráficos, para melhor visualização e compreensão. Organizada de maneira sistematizada, a publicação constitui mais uma fonte de consulta disponibilizada para subsidiar a realização de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica da região nordestina. O documento “Nordeste em Mapas” traz uma série de mapas temáticos com dados municipais. O documento está segmentado em temas que congregam informações sobre o território, a demografia, a socioeconomia e os financiamentos do BNB nos municípios de sua área de atuação. Também está disponível no site do BNB, ou diretamente no link <http://bit.ly/O7boQZ>.

Firmatura de convênio de R\$ 3 milhões entre o Banco do Nordeste, o Iphan e a Prefeitura de João Pessoa (PB) – Em 5 de julho de 2012, o Banco do Nordeste assinou convênio de R\$ 3 milhões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Prefeitura de João Pessoa (PB) no âmbito do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. A parceria visa proporcionar financiamentos à recuperação e restauração de imóveis históricos de propriedade particular, pessoas jurídicas e físicas, que sejam tombados como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, localizados no centro histórico de João Pessoa (PB). Os recursos para os financiamentos são originários do orçamento do Iphan e fazem parte do PAC Cidades Históricas. No Brasil, 185 cidades históricas estão aptas a receber recursos do Programa, das quais 43 estão na área de atuação do Banco do Nordeste.

Lançamento do Programa de Crédito Assistido pelo Banco do Nordeste e Governo da Bahia – Em 12 de julho de 2012, o Banco do Nordeste e o Governo do Estado da Bahia lançaram, durante a segunda Conferência Estadual das Câmaras Setoriais, o Programa de Crédito Assistido, que tem por objetivo direcionar e acompanhar aplicação do crédito rural. A expectativa é de que o Programa, que também tem apoio do Sebrae, Sistema Faeb-Senar, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e Desenbahia, atenda 22 cadeias produtivas consideradas estratégicas e organizadas em câmaras setoriais. Durante a solenidade, o secretário da Agricultura do Governo da

Comentário do Desempenho

Bahia e o superintendente estadual do Banco do Nordeste fizeram a entrega de 20 veículos custeados com recursos do Fundeci e que serão utilizados pelos técnicos coordenadores das cadeias produtivas atendidas.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Apresentação pela Diretoria do Plano de Ações a serem implementadas pelo Banco do Nordeste durante o segundo semestre de 2012 – Em 18 de julho de 2012, a Diretoria do Banco do Nordeste, por meio de videoconferência, apresentou Plano de Ações a serem implementadas durante o segundo semestre de 2012. As 20 diretrizes envolvem todas as áreas do Banco e têm como objetivo otimizar as despesas administrativas, gerando maior lucro. Na ocasião, foi exibido vídeo comemorativo elaborado pela equipe da NordesTV. Cerca de 500 estações de trabalho acompanharam a videoconferência por meio da Intranet, enquanto mais de 400 funcionários assistiram ao evento presencialmente no auditório do Centro de Treinamento, no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas em Fortaleza (CE).

Realização do XVIII Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e do XVII Encontro Regional de Economia – Nos dias 19 e 20 de julho de 2012, o Banco do Nordeste promoveu o XVIII Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento e o XVII Encontro Regional de Economia no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas em Fortaleza (CE). Marcando as seis décadas de atuação do Banco, o evento teve como objetivo mobilizar a comunidade acadêmica e política em torno de questões relevantes para o desenvolvimento regional. O Fórum foi aberto pelo Presidente do Banco do Nordeste e contou com a presença do Ministro da Integração Nacional, Secretário-Executivo adjunto do Ministério da Fazenda, do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Secretário da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC).

Sanção da Lei nº 12.712 que aprovou aporte de R\$ 4 bilhões ao Banco do Nordeste – A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Conversão da MP 564, que versa sobre o plano Brasil Maior, assegurando aporte de R\$ 4 bilhões ao Banco do Nordeste até o ano de 2014. A Lei nº 12.712 foi publicada na edição de 31 de agosto de 2012 do Diário Oficial da União. A partir de 2014, de acordo com a regulamentação, o Banco do Nordeste estará dispensado de recolher à União os dividendos e os juros sobre capital próprio, respeitado o recolhimento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, o que também impactará no aumento de capital do Banco. A Lei estabelece, ainda, que os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) terão o Banco como seu operador preferencial. Além disso, destina anualmente 1,5% dos recursos do Fundo para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse regional. Esses recursos serão geridos integralmente pelo Banco do Nordeste.

Posse do novo Presidente do Banco do Nordeste – Em 6 de setembro de 2012, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, deu posse ao novo Presidente do Banco do Nordeste, Ary Joel de Abreu Lanzarin. A solenidade ocorreu no Centro Administrativo do Banco em Fortaleza (CE). Funcionário de carreira do Banco do Brasil, Ary Joel exercia a função de diretor de Distribuição da estatal, onde também foi diretor de Micro e Pequenas Empresas. É graduado em Gestão de Serviços Executivos, com MBA em “Formação de Altos Executivos” e “Executivo em Gestão Avançada de Negócios”. Entre suas mais recentes atividades estão a de conselheiro do Sebrae Nacional, presidente da Comissão Nacional de Orientação do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas e vice-presidente da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE). Prestigiaram a solenidade, além do Ministro da Fazenda, os Ministros da Integração Nacional e da Previdência

Comentário do Desempenho

Social, o Presidente do Conselho de Administração do Banco do Nordeste, o Governador do Ceará, além de senadores, deputados, ex-presidentes do Banco e representantes de instituições parceiras do desenvolvimento regional.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Banco do Nordeste contratou o valor de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões no terceiro trimestre de 2012, envolvendo 935.486 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco, apresentando crescimento de 11,4% na quantidade e redução de 19,3% no valor em relação ao terceiro trimestre de 2011. Já com relação ao período de janeiro a setembro de 2012, foram contratadas 2.751.954 operações de empréstimos, financiamentos, mercado de capitais e desembolsos do FDNE com risco do Banco, quantidade 17,6% superior à contratada em igual período de 2011, no montante de R\$ 14,2 bilhões, valor 5,5% inferior ao contratado no período de janeiro a setembro de 2011.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2012, foi contratado o montante de R\$ 2,2 bilhões de recursos do Fundo, com 143.375 operações realizadas, o que significa um crescimento de 21,0% na quantidade de operações e uma redução de 22,6% no valor contratado em relação ao mesmo período de 2011. No período de janeiro a setembro de 2012, o Banco do Nordeste contratou o valor de R\$ 6,1 bilhões com recursos do FNE, valor 16,9% inferior ao contratado em igual período de 2011, para um total de 351.881 operações de crédito, quantidade 7,0% superior àquela contratada no período de janeiro a setembro de 2011.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o Banco do Nordeste desembolsou R\$ 1,0 bilhão, contratando 673.974 operações no terceiro trimestre de 2012, em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. No terceiro trimestre de 2011, foi desembolsado o valor de R\$ 718,9 milhões, com a contratação de 569.528 operações. Comparando-se os dois períodos, o Banco do Nordeste apresentou um crescimento de 41,2% no valor desembolsado e de 18,3% na quantidade de operações. No período de janeiro a setembro de 2012, o Banco do Nordeste desembolsou o valor de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões no âmbito do Crediamigo, contratando 2.010.135 operações, representando um crescimento de 48,9% no valor desembolsado e de 27,6% na quantidade de operações com relação a igual período de 2011.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o Banco do Nordeste contratou 132.492 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 614,8 milhões no terceiro trimestre de 2012, o que representa um crescimento de 63,9% no valor contratado e de 20,6% na quantidade de operações com relação ao terceiro trimestre de 2011. Quanto ao período de janeiro a setembro de 2012, o Banco do Nordeste contratou R\$ 1,3 bilhão no Pronaf por meio de 323.351 operações de financiamento, significando um crescimento de 35,7% no valor contratado e de 6,4% na quantidade de operações com relação a igual período de 2011.

Cumpre registrar que, dentro do Pronaf, o Banco do Nordeste opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural, tendo sido contratado o valor de R\$ 248,5 milhões no terceiro trimestre de 2012, com 100.981 operações realizadas com agricultores familiares, representando um crescimento de 10,4% no valor e de 0,6% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2011. No período de janeiro a setembro de 2012, o Banco do Nordeste contratou 269.857 operações do Agroamigo no montante de R\$ 656,7 milhões, com um crescimento de 18,9% no valor e redução de 1,4% na quantidade com relação a igual período de

Comentário do Desempenho

2011.

Com relação ao programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste como um todo, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão no terceiro trimestre de 2012, contratando 774.955 operações em apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação, com um crescimento de 33,8% no valor desembolsado e de 15,7% na quantidade de operações comparativamente a igual período de 2011. No período de janeiro a setembro de 2012, o Banco do Nordeste contratou 2.279.992 operações em seus dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, com um valor desembolsado de R\$ 3,6 bilhões, apresentando um crescimento de 42,4% no valor e de 23,3% na quantidade com relação a igual período de 2011.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o Banco do Nordeste contratou 22.972 operações de financiamento no montante de R\$ 660,0 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2012, representando uma redução de 4,3% no valor contratado e de 20,0% na quantidade de operações com relação ao terceiro trimestre de 2011. No período de janeiro a setembro de 2012, o Banco do Nordeste contratou o valor de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão para um total de 68.885 operações de financiamento realizadas com as micro e pequenas empresas, o que significa uma redução de 0,4% no valor contratado e de 15,6% na quantidade de operações em comparação com igual período de 2011.

Quanto ao resultado financeiro, o Banco do Nordeste registrou prejuízo líquido no valor de R\$ 15,4 milhões no terceiro trimestre de 2012. No período de janeiro a setembro de 2012, o lucro líquido do Banco do Nordeste foi de R\$ 230,6 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no terceiro trimestre de 2012, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Trimestres findos em 30 de Setembro de 2012 e de 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Benefício Pós-Emprego
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 12- Permanente	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Outras Informações
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – Bacen e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);

Notas Explicativas

- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009); e
- CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação (Deliberação CVM nº 604, de 19.11.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados inicialmente à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “pro rata temporis”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor justo.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

Notas Explicativas

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes aos juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil e é também reconhecido na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda, Contribuição Social, Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 60 no trimestre) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para perdas de crédito e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Notas Explicativas

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a)Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b)FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *perfomance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 30.09.2012 e 30.09.2011.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Notas Explicativas

Especificação	01.01 a 30.09.2012			01.01 a 30.09.2011		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.796.401	1.058.523	3.854.924	2.289.441	1.041.523	3.430.964
Receitas de Operações de Crédito	1.410.624	-	1.410.624	1.355.836	-	1.355.836
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	649.043	371.857	1.020.900	581.094	434.835	1.015.929
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	114.245	-	114.245	29.041	-	29.041
Resultado de Operações de Câmbio	139.627	-	139.627	148.619	-	148.619
Resultado de Aplicações Compulsórias	15.525	-	15.525	16.134	-	16.134
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	2.169	-	2.169	-	-	-
Outras Receitas	465.168	686.666	1.151.834	258.17	606.688	865.405
Despesas	(1.697.509)	(873.148)	(2.570.747)	(1.189.779)	(673.856)	(1.863.635)
Despesas de captação no mercado	(784.341)	-	(784.341)	(799.464)	-	(799.464)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(491.286)	(355.127)	(846.713)	(278.101)	(414.766)	(692.867)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(2)	-	(2)	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(395.280)	(488.223)	(883.503)	(112.214)	(258.953)	(371.167)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(26.390)	(29.633)	(56.023)	-	-	-
Provisão Proaté a Receber	-	(165)	(165)	-	(137)	(137)
Margem Financeira	1.098.802	185.375	1.284.177	1.199.662	367.667	1.567.329
Rendas de Prestação de Serviços	(23.533)	1.042.114	1.018.581	176.362	794.216	970.278
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	20.327	-	20.327	17.753	-	17.753
Pasep e Cofins ⁽¹⁾	(50.140)	(80.251)	(130.391)	(58.187)	(68.324)	(126.511)
Resultado após tarifas e comissões	1.045.456	1.147.238	2.192.694	1.335.590	1.093.559	2.429.149
Despesas Administrativas				(1.885.830)	(1.304.546)	
Despesas de Pessoal				(1.270.321)	(755.140)	
Depreciação e Amortização				(21.749)	(20.395)	
Outras Despesas Administrativas				(593.760)	(549.011)	
Outras Despesas				(400.773)	(369.414)	
Despesas de provisões, exceto crédito				(50.210)	(48.299)	
Lucro antes da Tributação e Participações				(144.118)	706.890	
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				396.747	(239.457)	
Participações no lucro				(22.004)	(47.637)	
Lucro Líquido				230.625	419.796	

(1) As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 223 (R\$ 31 em 30.09.2011) compõe o saldo de Outras Despesas

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Disponibilidades em moeda nacional	101.296	94.777
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.035	2.309
Total da Disponibilidade de Caixa	105.331	97.086
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	-	4.016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.143.205	3.084.591
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 27.c)	6.248.536	3.185.693

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
a) Aplicações no Mercado Aberto	6.303.860	3.036.454
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	6.143.205	3.002.525
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	160.655	33.929
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	120.293	203.829
Aplicações em Moeda Estrangeira	15.290	14.987
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	105.003	188.842
Total	6.424.153	3.240.283
Saldo de Curto Prazo	6.424.153	3.240.283

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	288.755	268.509
Posição Bancada	281.105	261.024
Posição Financiada	7.650	7.485
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	16.294	26.864
Total	305.049	295.373

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Títulos Disponíveis para Venda	10.847.486	10.049.334
Títulos Mantidos até o Vencimento	17.015	13.559
Diferencial a Receber Swap	179.780	44.894
Total	11.044.281	10.107.787
Saldo de Curto Prazo	538.592	233.192
Saldo de Longo Prazo	10.505.689	9.874.595

Notas Explicativas

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.09.2012				31.12.2011			
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa								
Letras Financeiras do Tesouro	10.239.365	10.374.574	135.209		9.527.312	9.530.187	2.875	
Letras do Tesouro Nacional	7.866.692	7.866.684	(8)	2013 a 2018	7.461.949	7.462.115	166	2012 a 2018
Notas do Tesouro Nacional	8	8	-	2014	-	-	-	-
Letras Financeiras	1.116.776	1.399.434	282.658	2050	1.091.120	1.141.978	50.858	2050
Debêntures	419.989	392.499	(27.490)	2014 a 2016	30.302	30.302	-	2016
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	797.599	705.128	(92.471)	2013 a 2018	898.502	876.719	(21.783)	2013 a 2018
Titulos Públicos Federais – FCVS	5.418	5.227	(191)	2013	13.588	13.370	(218)	2013
Titulos Públicos Federais – Outros	6.875	5.352	(1.523)	2027	7.328	5.518	(1.810)	2027
Titulos da Dívida Agrária	316	242	(74)	2012 a 2022	253	185	(68)	2012 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	15.877	14.522	(1.355)		14.750	13.434	(1.316)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.355	-	(1.355)	2014	1.316	-	(1.316)	2014
Cotas de FIIC	14.156	14.156	-	2014	13.079	13.079	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	242	242	-	Sem Vencimento	235	235	-	Sem vencimento
FGO – Fundo de Garantia de Operações	124	124	-	Sem Vencimento	120	120	-	Sem vencimento
Títulos de Renda Variável	144.159	183.131	38.972		144.159	227.146	82.987	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	4.211	264	(3.947)	Sem Vencimento	4.211	428	(3.783)	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	182.867	42.919	Sem Vencimento	139.948	226.718	86.770	Sem vencimento
Títulos Dados em Garantia⁽¹⁾	276.255	275.259	(996)		279.532	278.567	(965)	
Letras Financeiras do Tesouro	271.532	271.537	5	2013 a 2018	275.236	275.268	32	2013 a 2017
Titulos Públicos Federais – Outros	760	87	(673)	1993 a 2027	614	-	(614)	1993
Debêntures	3.963	3.635	(328)	2018	3.682	3.299	(383)	2018
Total da Categoria	10.675.656	10.847.486	171.830		9.965.753	10.049.334	83.581	
Crédito Tributário (Nota 10.d)	-	-	77.186	-	-	-	-	23.453
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(145.918)	-	-	-	(56.885)	-
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	103.098		-	-	50.149	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Operações em Camaras de Liquidacao R\$ 1.650 (R\$ 1.546 em 31.12.2011); Garantias em Processos Judiciais R\$ 117.816 em 31.12.2011); Garantias em Camaras de Liquidacao R\$ 1.759 (R\$ 136.654 em 31.12.2011); Garantias de Operações em Camaras de Liquidacao R\$ 1.650 (R\$ 1.546 em 31.12.2011); Garantias em Processos Judiciais R\$ 15.022 (R\$ 22.551 em 31.12.2011); e Demais Garantias R\$ 15.022 (R\$ 22.551 em 31.12.2011).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional, e CVS970101, com vencimento em 01.01.2027. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” o valor de R\$ 171.830 (R\$ 83.581 em 31.12.2011). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 103.098 (R\$ 103.098 em 31.12.2011).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.09.2012			31.12.2011		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	17.015	17.015		13.559	13.559	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2013	1.691	1.691	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	244	244	2013 a 2014	453	453	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	10.617	10.617	2017	8.609	8.609	2017
FIP Brasil Agronegócios	4.134	4.134	2018	2.806	2.806	2018
Total da Categoria	17.015	17.015		13.559	13.559	

a.4) No terceiro trimestre de 2012 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações,antes do vencimento, de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1^a - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2^a - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3^a - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	288.755	268.509
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	16.294	26.864
Títulos de Renda Fixa	709.085	717.768
Títulos de Renda Variável	6.766	2.788
Total	1.020.900	1.015.929

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2012, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Especificação	Vr. Nocial	Composição em 30.09.2012					
		Valor Justo		Curva		Ajuste a Mercado	
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	179.780	-	112.369	-	67.411	-
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	237.862	-	13.588	-	2.364	-	11.224
Total	1.325.497	179.780	13.588	112.369	2.364	67.411	11.224

Especificação	Vr. Nocial	Composição em 31.12.2011					
		Valor Justo		Curva		Ajuste a Mercado	
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo
Posição Ativa							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	44.769	-	44.338	-	431	-
Posição Passiva							
Taxa Prefixada	360.759	125	21.128	125	7.147	-	13.981
Total	869.779	44.894	21.128	44.463	7.147	431	13.981

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2012		31.12.2011	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	382	9	580
3 a 12 meses	-	2.148	25	7.035
1 a 3 anos	-	7.699	56	10.639
3 a 5 anos	113.369	3.359	44.804	2.874
5 a 15 anos	66.411	-	-	-
Total	179.780	13.588	44.894	21.128

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Especificação	30.09.2012			31.12.2011		
	Valor da Curva ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Ajuste a Valor de Mercado	Valor da Curva ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Ajuste a Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge						
Swap - Moeda Estrangeira Dólar	1.237.558	1.304.969	67.411	561.870	562.301	(431)
Item Objeto de Hedge						
Eurobonds - Senior Unsecured Notes	1.238.027	1.305.905	67.878	565.687	566.822	1.135

⁽¹⁾Líquido dos efeitos tributários, com relação ao Item Objeto de Hedge

A operação foi avaliada como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de hedge, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de hedge (contratos de swap).

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de swap para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em hedge de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do trimestre.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de Hedge(*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados é idêntico a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2012			31.12.2011		
	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Swap - Taxa Prefixada	260.677	271.901	(11.224)	439.285	453.266	(13.981)

c.3) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	-	8.472
Total	-	8.472

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Swap	114.245	29.041
Total	114.245	29.041

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2012			31.12.2011		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	253.790	-	253.790	223.654	-	223.654
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	38.168	-	38.168	36.909	-	36.909
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	59.282	(22.624)	36.658	56.892	(24.523)	32.369
Tesouro Nacional - Crédito Rural	7.327	(1.159)	6.168	6.632	(1.226)	5.406
Total	358.567	(23.783)	334.784	324.087	(25.749)	298.338
Saldo de Curto Prazo	299.282	(1.159)	298.123	266.773	(1.226)	265.547
Saldo de Longo Prazo	59.285	(22.624)	36.661	57.314	(24.523)	32.791

Notas Explicativas

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	11.093	11.323
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.391	2.623
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	44	85
Desvalorização de Créditos Vinculados	1.997	2.103
Total	15.525	16.134

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.09.2012		31.12.2011	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.995.912	(671.200)	11.212.168	(621.838)
Curto Prazo	5.204.099	(318.321)	5.251.775	(301.060)
Longo Prazo	5.791.813	(352.879)	5.960.393	(320.778)
Outras Rubricas com Características de Crédito	642.194	(32.016)	586.892	(8.222)
Curto Prazo	128.512	(32.016)	147.451	(3.555)
Longo Prazo	513.682	-	439.441	(4.667)
Total	11.638.106	(703.216)	11.799.060	(630.060)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Adiantamentos a Depositantes	162	90
Empréstimos	4.886.544	5.002.849
Títulos Descontados	150.776	175.036
Financiamentos	2.010.099	1.968.974
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	375.472	275.591
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	455.673	473.643
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.297.534	1.466.409
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.819.409	1.849.333
Subtotal de Operações de Crédito	10.995.912	11.212.168
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.603	12.866
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.817	1.517
Títulos e Créditos a Receber	16.169	3.348
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	492.804	569.161
Créditos vinculados de Operações Adquiridos em cessão	116.801	-
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	642.194	586.892
Total	11.638.106	11.799.060

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como “Outras Obrigações/Carteira de Câmbio”.

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Empréstimos e Títulos Descontados	702.559	669.335
Financiamentos	522.925	498.691
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	123.300	111.186
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	61.175	76.493
Avais e Fianças Honrados	-	1
Outros Valores	665	130
Total	1.410.624	1.355.836

Notas Explicativas

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2012	Total em 31.12.2011
Rural	19.925	15.464	56.787	41.953	38.853	1.079.200	1.252.182	1.417.533
Indústria	115.355	116.787	144.532	190.636	337.866	1.375.623	2.280.799	3.086.085
Governo	6.025	6.025	6.025	31.243	36.168	1.279.940	1.365.426	1.331.046
Outros Serviços	471.110	382.323	380.415	644.233	758.657	1.496.370	4.133.108	2.981.119
Comércio	159.710	91.510	139.525	262.065	639.060	320.375	1.612.245	2.201.748
Intermediários Financeiros	8.190	5.691	5.758	17.274	33.054	194.713	264.680	261.179
Habitação	1.122	747	623	799	157	20	3.468	243
Pessoas Físicas	4.350	4.053	3.975	11.699	10.673	19.380	54.130	45.541
Total	785.787	622.600	737.640	1.199.902	1.854.488	5.765.621	10.966.038	11.324.494

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vencidas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2012	Total em 31.12.2011
Rural	352	396	909	1.547	5.231	12.356	20.791	18.542
Indústria	4.651	4.699	4.919	12.268	23.490	50.005	100.032	63.854
Outros Serviços	5.465	11.117	3.790	8.480	12.336	24.974	66.162	74.589
Comércio	10.149	16.598	7.790	19.415	25.688	46.210	125.850	106.537
Intermediários Financeiros	122	117	118	406	874	1.009	2.646	3.840
Habitação	4	3	2	2	1	-	12	-
Pessoas Físicas	290	420	412	747	1.295	1.314	4.478	4.057
Total	21.033	33.350	17.940	42.865	68.915	135.868	319.971	271.419

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2012	Total em 31.12.2011
Rural	159	6.206	7.910	1.013	3.434	2.516	11.804	33.042	38.534
Indústria	1.393	17.655	13.207	10.625	10.780	24.583	1.610	79.853	39.175
Outros Serviços	776	12.212	35.031	10.650	24.408	28.704	536	112.317	60.627
Comércio	1.750	6.012	12.701	53.866	22.093	19.871	3.179	119.472	60.131
Intermediários Financeiros	11	117	109	122	412	706	765	2.242	944
Habitação	-	4	14	-	1	-	-	19	-
Pessoas Físicas	37	530	618	511	1.474	1.861	121	5.152	3.736
Total	4.126	42.736	69.590	76.787	62.602	78.241	18.015	352.097	203.147

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2012				31.12.2011			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	2.877.721	-	2.877.721	-	3.315.259	-	3.315.259	-
A	4.482.629	-	4.482.629	22.413	5.094.425	-	5.094.425	25.472
B	2.440.735	67.926	2.508.661	25.087	2.218.403	34.180	2.252.583	22.526
C	266.489	123.775	390.264	11.708	261.866	41.691	303.557	9.106
D	603.504	89.620	693.124	69.312	139.191	50.527	189.718	18.972
E	33.422	55.598	89.020	26.706	32.618	43.662	76.280	22.884
F	9.524	32.408	41.932	20.966	16.203	24.800	41.003	20.502
G	45.696	46.744	92.440	64.709	28.007	24.117	52.124	36.487
H	206.318	255.997	462.315	462.315	218.522	255.589	474.111	474.111
Total	10.966.038	672.068	11.638.106	703.216	11.324.494	474.566	11.799.060	630.060

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Saldo Inicial	630.060	652.918
(+) Constituição de provisão líquida no período	394.888	215.557
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(321.732)	(238.415)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	703.216	630.060
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.e)	46.457	46.064
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	749.673	676.124

Notas Explicativas

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	366.526	164.406
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	28.363	1.510
(-) Reversões de provisões operacionais	(1)	(54.493)
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	394.888	111.423
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	392	791
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	-
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	395.280	112.214

f) Até o 3º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 61.175 (R\$ 76.493 em 30.09.2011) e as renegociações importaram em R\$ 646.043 (R\$ 471.560 em 30.09.2011).

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008 e nº 12.249, de 11.06.2010, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.09.2012, um efeito positivo no valor de R\$ 56.545 (R\$ 127.322 em 30.09.2011), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Efetivação de Rendas	17.849	48.301
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	23.211	26.859
Despesas com Deságios	(5.420)	(16.180)
Efeito Líquido de Provisões	20.905	68.342
Total	56.545	127.322

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	545.013	641.071
b) Rendas a Receber	25.489	22.902
c) Negociação e Intermediação de Valores	4	-
d) Diversos	2.082.295	1.280.317
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	869.121	250.629
Créditos Tributários -TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	77.186	23.453
Devedores por Depósitos em Garantia	678.501	644.977
Impostos e Contribuições a Compensar	156.578	207.830
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	146.860	200.124
Outros Valores	9.718	7.706
Opcões por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	16.170	3.348
Adiantamentos e Antecipações Salariais	21.019	2.095
Pagamentos a Ressarcir	9.016	8.246
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	3.551	4.843
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	8.399	26.648
Outros Valores	216.006	81.500
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(78.473)	(54.286)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(32.016)	(8.222)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.457)	(46.064)
Total	2.574.328	1.890.004
Saldo de Curto Prazo	2.079.472	1.778.988
Saldo de Longo Prazo	494.856	111.016

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Ativo – Outros Créditos	545.013	641.071
Câmbio Comprado a Liquidar	526.668	627.494
Direitos sobre Vendas de Câmbio	7.197	762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(3.455)	(51)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.603	12.866
Ativo Circulante (Nota 10.a)	545.013	641.071
Passivo – Outras Obrigações	15.636	1.188
Obrigações por Compras de Câmbio	501.279	569.584
Câmbio Vendido a Liquidar	7.160	765
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(492.804)	(569.161)
Outros valores	1	-
Passivo Circulante (Nota 16.b)	15.636	1.188

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Rendas de Câmbio	140.159	149.096
Despesas de Câmbio	(532)	(477)
Total	139.627	148.619

Notas Explicativas

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 30.09.2012		30.09.2012	
	Saldo Contábil	Movimentações Adições Exclusões	Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	5.011	(5.011)	-
Ações e Cotas	652	-	652	944	(292)	652
Bens Artísticos e Valiosos	916	147	-	1.063	1.063	1.063
Total	1.568	147	-	1.715	7.018	1.715

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 30.09.2012		30.09.2012		
	Saldo Contábil	Movimentações (2) Adições Exclusões	Depreciação	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Edificações	100.517	12.813	(6.999)	106.331	238.957	(132.626)	106.331
Sistema de Processamento de Dados	23.151	11.024	(2)	(6.955)	27.218	79.460	(52.242)
Móveis e Equipamentos de Uso	22.087	4.156	(22)	(3.188)	23.033	54.381	(31.348)
Terrenos	17.025	-	-	-	17.025	-	17.025
Instalações	7.259	547	(3)	(1.098)	6.705	16.708	(10.003)
Sistema de Comunicação	139	277	-	(19)	397	698	(301)
Imobilização em Curso (1)	4.206	441	-	-	4.647	4.647	-
Sistema de Segurança	4.867	1.309	(1)	(767)	5.408	12.222	(6.814)
Sistema de Transporte	6.318	1.929	-	(2.118)	6.129	18.050	(11.921)
Total	185.569	32.496	(28)	(21.144)	196.893	442.148	(245.255)
							196.893

(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

(2) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 30.09.2012		30.09.2012		
	Saldo Contábil	Movimentações (1) Adições Exclusões	Amortização	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Gastos em Imóveis de Terceiros	1.695	-	(599)	1.096	3.515	(2.419)	1.096
Gastos com aquisição Desenvolvimento de Logícias	8	-	(6)	2	41	(39)	2
Total	1.703	-	(605)	1.098	3.556	(2.458)	1.098

(1) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Depósitos à Vista	130.394	183.624
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	22.964	28.344
Depósitos de Governos	19.178	32.763
Depósitos Vinculados	41.695	44.610
Pessoas Jurídicas	27.134	63.739
Pessoas Físicas	18.317	11.978
Outros Valores	1.106	2.190
Depósitos de Poupança	1.501.771	1.329.994
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	945.761	839.805
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	555.262	489.013
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	748	1.176
Depósitos Interfinanceiros	734.376	588.986
Depósitos a Prazo	7.602.803	6.861.895
Depósitos a Prazo	5.574.215	5.000.379
Depósitos Judiciais com Remuneração	731.546	567.361
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 26)	51.545	50.795
Proger Urbano	7.010	13.293
Pronaf	-	262
Protrabalho	971	3.320
Infraestrutura	26.607	20.404
Estiagem	444	84
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	16.513	13.432
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 26)	581.622	571.594
Proger Urbano	63.774	62.810
Pronaf	-	561
Protrabalho	140.668	159.624
Infraestrutura	229.765	249.455
Estiagem	7.200	9.838
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	140.215	89.306
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	661.879	670.169
Outros Valores	1.996	1.597
Total	9.969.344	8.964.499
Saldo de Curto Prazo	4.764.672	5.115.979
Saldo de Longo Prazo	5.204.672	3.848.520

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Carteira Própria	710.624	670.444
Letras Financeiras do Tesouro	710.624	670.444
Carteira de Terceiros	160.655	33.929
Letras Financeiras do Tesouro	122.636	33.929
Notas do Tesouro Nacional	38.019	-
Total	871.279	704.373
Saldo de Curto Prazo	802.350	637.812
Saldo de Longo Prazo	68.929	66.561

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Despesas de Captações com Depósitos	(730.477)	(743.626)
Depósitos a Prazo	(310.542)	(418.698)
Depósitos de Poupança	(49.203)	(49.797)
Depósitos Judiciais	(35.501)	(23.864)
Depósitos Interfinanceiros	(11.981)	(16.362)
Depósitos Especiais - FAT	(68.720)	(84.307)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(247.458)	-
Outros Depósitos	(7.072)	(150.598)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(53.864)	(55.838)
Carteira de Terceiros	(7.664)	(7.493)
Carteira Própria	(46.200)	(48.345)
Total	(784.341)	(799.464)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2012	Total em 31.12.2011
Empréstimos no País	-	17.954	17.263	-	-	-	35.217	49.532
Empréstimos no Exterior	256.226	570.636	-	-	-	-	826.862	833.257
Repasses do País	71.453	143.737	251.210	372.376	468.138	255.178	1.562.092	1.286.685
Repasses do Exterior	32.090	56.947	184.271	185.169	380.027	13.359	851.863	840.392
Total	359.769	789.274	452.744	557.545	848.165	268.537	3.276.034	3.009.866
Saldo de Curto Prazo							1.149.043	1.104.486
Saldo de Longo Prazo							2.126.991	1.905.380

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2012	31.12.2011
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	35.217	49.532
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	826.862	833.257
Total		862.079	882.789
Saldo de Curto Prazo		844.816	849.768
Saldo de Longo Prazo		17.263	33.021

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2012	31.12.2011
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	847	992
BNDES		1.407.776	1.152.894
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.030.734	919.432
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	377.042	233.462
Finame		153.469	132.799
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	136.266	116.710
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	17.203	16.089
Total		1.562.092	1.286.685
Saldo de Curto Prazo		215.190	173.427
Saldo de Longo Prazo		1.346.902	1.113.258

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2012	31.12.2011
BID-Prodetur	USD + 1,09 ou 2,05	845.028	833.307
BID-Outros Programas	USD + 1,09	6.631	6.703
Outros Programas	USD + 6,0	204	382
Total		851.863	840.392
Saldo de Curto Prazo		89.037	81.291
Saldo de Longo Prazo		762.826	759.101

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(2.988)	(3.705)
Obrigações por Empréstimos no País	(2.988)	(3.705)
Despesas de Obrigações por Repasses	(363.224)	(225.621)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(214.008)	(69.070)
Tesouro Nacional	(22)	(56)
BNDES	(209.266)	(61.691)
Finame	(4.720)	(2.307)
Outras Instituições	-	(5.016)
Despesas de Repasses do Exterior	(149.216)	(156.551)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(134.495)	(128.989)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(346.006)	(334.552)
Total	(846.713)	(692.867)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.09.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2011 ⁽²⁾
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	619.135	641.994	567.244
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	621.702	666.721	-
Total				600.000	1.240.837	1.308.715	567.244
Saldo de Curto Prazo						22.477	3.368
Saldo de Longo Prazo						1.286.238	563.876

(1) As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

(2) Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.09.2012	31.12.2011
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,03 CDI	198.692	137.091	196.364
Saldo de Curto Prazo			136.679	196.364
Saldo de Longo Prazo			412	-

(1) Título com prazo médio de vencimento de 226 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	46.547	4.805
Recursos do Proagro	98	114
Recebimento de Tributos Federais	42.651	-
IOF a Recolher	3.377	4.601
Outros Tributos e Assemelhados	421	90
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	15.636	1.188
c) Sociais e Estatutárias	16.251	12.254
Dividendos e Bonificações a Pagar	351	342
Participações nos Lucros	11.070	11.912
Outros Tributos e Assemelhados	4.830	-
d) Fiscais e Previdenciárias	535.913	525.820
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	114.097	112.578
Impostos e Contribuições	81.289	82.269
Causas Fiscais	32.808	30.309
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	154.446	66.561
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	145.918	56.885
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	8.528	9.676
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	222.891	298.477
Imposto de Renda	137.092	182.080
Contribuição Social	85.799	116.397
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	44.479	48.204
e) Negociação e Intermediação de Valores	72	-
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.122.340	4.720.077
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	5.974.344	4.578.226
Outros Valores	147.996	141.851
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	1.161.438	1.137.872
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.303.638	1.216.319
i) Diversas	3.788.647	3.017.118
Provisão para Passivos Contingentes	2.014.275	1.767.867
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	180.334	182.824
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	108.191	106.653
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	233	140
FNE (Nota 22.e.vii)	1.683.676	1.386.807
Repasse	1.345	1.149
Risco Integral	104.264	91.376
Risco Compartilhado	1.578.067	1.294.282
FDNE (Nota 22.e.viii)	582	1.593
Proagro (Nota 22.e.ix)	3.402	3.299

Notas Explicativas

Outros Passivos Contingentes (Notas 22.e.x)	37.857	86.551
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.651.337	1.131.570
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 600	1.458.489	985.408
Plano de Aposentadoria e Pensão	654.690	457.916
Plano de Assistência Médica	803.799	527.492
Despesa de Pessoal	158.305	114.564
Outros Valores	34.543	31.598
Outros Valores	123.035	117.681
Total	12.990.482	10.635.453
Saldo de Curto Prazo	4.233.056	2.675.384
Saldo de Longo Prazo	8.757.426	7.960.069

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, alterada pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010, o Banco e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000.000, já efetivamente integralizado. Em 21.02.2011, por intermédio do Ofício Deorf/Cofil-2011/00979, o Bacen autorizou que o citado instrumento híbrido fosse considerado como capital de Nível II.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2012	31.12.2011
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.161.438	1.137.872

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Bacen.

Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.303.638	1.216.319
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	388.047	328.126
Recursos aplicados ⁽²⁾	915.591	888.193
Total	1.303.638	1.216.319

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.03.2012, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 132.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.010.000 para R\$ 2.142.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Bacen.

Composição em 30.09.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	4.200	379.900	384.100	0,01	0,44
Outros	411.592	390.772	802.364	0,85	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Notas Explicativas

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 23.478 (R\$ 25.198 em 31.12.2011) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no trimestre importa em R\$ 1.720 (R\$ 2.866 em 31.12.2011).

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 30.09.2012, representam, respectivamente, R\$ 20,00 e R\$ 21,50 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.018.581	970.578
Administração de Fundos de Investimentos	12.846	10.405
Administração de Fundos e Programas	860.734	810.684
Prestação de Serviços	145.001	149.489
b) Rendas de Tarifas Bancárias	20.327	17.753
c) Despesas de Pessoal	(1.270.321)	(735.140)
Proventos	(473.753)	(436.143)
Encargos Sociais	(174.638)	(168.210)
Plano de Aposentadoria e Pensão	(253.666)	(16.754)
Plano de Assistência Médica	(298.263)	(52.057)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(70.001)	(61.976)
d) Outras Despesas Administrativas	(615.509)	(569.406)
Processamento de Dados	(105.189)	(92.121)
Propaganda e Publicidade	(19.703)	(19.198)
Serviços de Terceiros	(220.463)	(187.527)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(31.010)	(32.767)
Viagens	(11.255)	(11.045)
Comunicações	(24.042)	(22.391)
Depreciação e Amortização	(21.749)	(20.395)
Manutenção e Conservação de Bens	(23.623)	(23.204)
Vigilância, Segurança e Transporte	(29.783)	(23.595)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(14.975)	(15.017)
Serviços do Sistema Financeiro	(13.266)	(14.321)
Serviços Técnicos Especializados	(28.890)	(24.767)
Seguros	(3.250)	(3.091)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(30.879)	(42.026)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(1.075)	(747)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(2.914)	(2.675)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(18.200)	(14.200)
Outros Valores	(15.243)	(20.319)
e) Despesas Tributárias	(142.534)	(138.168)
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(130.614)	(126.542)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(10.445)	(10.499)
Outros Valores	(1.475)	(1.127)
f) Outras Receitas Operacionais	1.149.564	865.938
“Del credere” de Fundos Administrados	689.388	608.593
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	205.213	104.142
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/OP. Do FNE	-	11
Recuperação de Encargos e Despesas	6.476	-
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	6.791
Reversão de Provisões Operacionais	116.183	8.965
Juros e Comissões	637	581
Correção Monetária	9.003	5.886
Resultado da Marcação a Mercado	9.368	11.689
Atualização Monetária de Tributos	-	165
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	40.561	53.376
Outros Valores	72.735	65.739
g) Outras Despesas Operacionais	(983.251)	(665.146)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(4.390)	(5.405)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(175.872)	(80.354)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(22)	(988)
Descontos Concedidos em Renegociações	(3.018)	(47.542)
Encargos de Operações de Crédito	(5.873)	(9.854)
Riscos Fiscais	(4.212)	(9.581)
Riscos com Operações do FNE	(488.223)	(258.953)

Notas Explicativas

Riscos com Operações do FDNE	(340)	(1.304)
Causas Trabalhistas	(23.419)	(22.719)
Causas Cíveis	(22.446)	(15.872)
Outras Causas	(133)	(127)
Outros Passivos Contingentes	(56.023)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(96.186)	(100.845)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(21.322)	(26.236)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(65.997)	(58.754)
Outros Valores	(15.775)	(26.612)
Total	(823.143)	(253.591)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada na posição de janeiro a setembro/2012 foi de R\$ 136.375 (R\$ 128.836 em 30.09.2011) e a de Contribuição Social foi de R\$ 85.369 (R\$ 80.683 em 30.09.2011).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(144.119)	706.890	(144.119)	706.890
Participações Estatutárias s/Lucro (PLR)	(22.004)	(47.637)	(22.004)	(47.637)
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)	(67.300)	(96.921)	(67.300)	(96.921)
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	(233.423)	562.332	(233.423)	562.332
Adições/Exclusões Permanentes	(29.848)	(22.081)	(29.854)	(22.081)
Adições/Exclusões Temporárias	835.272	658	835.272	658
Resultado Tributável antes das Compensações	572.001	540.909	571.995	540.909
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Resultado Tributável após Compensações	572.001	540.909	571.995	540.909
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(142.982)	(135.208)	(85.799)	(81.136)
Deduções (Incentivos Fiscais)	5.891	5.617	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	716	755	430	453
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(136.375)	(128.836)	(85.369)	(80.683)
Diferidas de IRPJ/CSLL	386.560	(18.709)	231.932	(11.229)
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	250.185	(147.545)	146.563	(91.912)
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação	107,18%	26,24%	62,79%	16,34%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	136.375	181.082	85.369	115.798
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	716	998	430	599
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	137.091	182.080	85.799	116.397
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(101.701)	(138.032)	(47.069)	(63.743)
Valor do Ajuste no Período	35.390	44.048	38.730	52.654

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IR devido + alíquota de 10% como adicional de IR ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN nº 3.355, de 31.03.2006 e Res. CMN nº 3.655, de 17/12/2008) e da Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

Em abril/2012 o Banco constituiu créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas em operações de crédito realizadas com recursos do FNE, excetuando-se as operações que não se enquadrem nos critérios de realização estabelecidos pelo BACEN. Os créditos ativados referentes a essas operações foram constituídos com base em Estudos Técnicos realizados naquela data que demonstram a probabilidade de sua realização no prazo de cinco anos.

Em setembro/2012, após estudos de viabilidade de constituição de novos créditos tributários de diferenças temporárias, o Banco passou a constituir, também, créditos tributários sobre os valores das provisões referentes às despesas do Banco com previdência complementar e assistência médica, e que serão aportadas à CAPEF/CAMED apenas na fase pós-emprego. Os créditos foram ativados com base na projeção de aportes previstos às Caixas de Previdência e Assistência Médica (CAPEF/CAMED) para os próximos cinco anos.

De acordo com a Carta Circular Bacen nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

Especificação	30.09.2012					
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453
(+) Constituição/(-)Realização de Créditos	386.559	33.583	231.933	20.150	618.492	53.733
Saldo Final em 30.09.2012	543.193	48.241	325.928	28.945	869.121	77.186

Especificação	31.12.2011					
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.671	104.017	5.202	277.353	13.873
(+) Constituição/(-)Realização de Créditos	(16.702)	5.987	(10.022)	3.593	(26.724)	9.580
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
1. Total das Diferenças Temporárias	4.167.716	3.262.708	4.167.716	3.262.708
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	1.041.929	815.678	625.157	489.406
3. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	48.241	14.658	28.945	8.795
4. Total dos Créditos Tributários (item 2 + item 3)	1.090.170	830.336	654.102	498.201
5. Créditos Tributários Ativados sobre Diferenças Temporárias	543.194	156.634	325.927	93.995
6. Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	48.241	14.658	28.945	8.795
7. Total de Créditos Tributários Ativados (item 5+ item 6)	591.435	171.292	354.872	102.790
8. Créditos Tributários Não Ativados (item 4 - item 7) ⁽¹⁾	498.735	659.044	299.230	395.411

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2012

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média % ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	7,28	224.039	212.537	134.427	127.526	358.466	340.063
2013	7,93	92.201	81.041	55.321	48.625	147.522	129.666
2014	8,82	39.799	32.146	23.879	19.288	63.678	51.434
2015	8,85	26.093	19.363	15.656	11.617	41.749	30.980
2016	8,60	104.220	71.212	62.532	42.727	166.752	113.939
2017	8,60	56.842	35.763	34.112	21.462	90.954	57.225
TOTAL		543.194	452.062	325.927	271.245	869.121	723.307

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente, consideramos a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na data de 19.10.2012.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos

Período	Realização do Crédito		Total
	IR	CSLL	
2012	16.476	9.885	26.361
2013	63	38	101
2014	3.156	1.894	5.050
2015	4.311	2.587	6.898
2016	23.188	13.912	37.100
2017 a 2019	655	393	1.048
2020 a 2022	6	4	10
2027 a 2029	386	232	618
TOTAL	48.241	28.945	77.186

c) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(130.614)	(126.542)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(10.445)	(10.499)
Outros Valores	(1.475)	(1.127)
Total	(142.534)	(138.168)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.
- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigações Legais nos termos da Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as

Notas Explicativas

enquadradadas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições 30.09.2012 e 31.12.2011, a seguir demonstrado:

Especificação	30.09.2012		31.12.2011	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1) Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	81.289	81.289	82.269	82.269
a.2) Causas Fiscais	939.896	32.808	850.647	30.309
i) Obrigação Legal	615	615	1.063	1.063
ii) Outras Obrigações-Diversas	939.281	32.193	849.584	29.246
Provável	32.193	32.193	29.246	29.246
Possível	688.803	-	617.180	-
Remota	218.285	-	203.158	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)				
b.1) Causas Trabalhistas	285.201	180.334	263.035	182.824
Provável	180.334	180.334	182.824	182.824
Possível	33.725	-	31.463	-
Remota	71.142	-	48.748	-
b.2) Causas Cíveis	2.842.337	108.191	2.519.657	106.653
Provável	108.191	108.191	106.653	106.653
Possível	508.608	-	467.538	-
Remota ⁽¹⁾	2.225.538	-	1.945.466	-
b.3) Outras Causas	1.264	233	697	140
Provável	233	233	140	140
Possível	1.029	-	556	-
Remota	2	-	1	-

(*) O montante da contingência passiva classificada com risco remoto, relacionada às causas cíveis, está concentrado nos seguintes processos: a) Ação que visa pagamento de contribuição extra – CAPEF, com estimativa de perda financeira no montante de R\$ 664.030; b) Ação que visa repetição de indébito, com estimativa de perda financeira no montante de R\$ 251.979; c) Ação que visa indenização por danos morais e indenização por danos materiais, com estimativa de perda financeira no montante de R\$ 177.358; e d) Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais, com estimativa de perda financeira no montante de R\$ 143.416. Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.236.784.

e) Movimentação das Provisões

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.269	74.847
Constituição	4.176	8.933
Reversão/Utilização/Baixa	(5.156)	(1.511)
Saldo Final	81.289	82.269
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.063	551
Constituição	117	512
Reversão/Utilização/Baixa	(565)	-
Saldo Final	615	1.063
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	29.246	26.127
Constituição	3.030	4.916
Reversão/Utilização/Baixa	(83)	(1.797)
Saldo Final	32.193	29.246
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	182.824	161.863
Constituição	27.841	34.203
Reversão/Utilização/Baixa	(30.331)	(13.242)
Saldo Final (Nota 16.i)	180.334	182.824
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.653	92.970
Constituição	40.965	23.836
Reversão/Utilização/Baixa	(39.427)	(10.153)
Saldo Final (Nota 16.i)	108.191	106.653
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	140	65
Constituição	166	159
Reversão/Utilização/Baixa	(73)	(84)
Saldo Final (Nota 16.i)	233	140
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.386.807	1.177.757
Constituição	488.222	429.774
Reversão/Utilização/Baixa	(191.353)	(220.724)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.683.676	1.386.807
viii) FDNE		

Notas Explicativas

Saldo Inicial	1.593	277
Constituição	340	1.316
Reversão/Utilização/Baixa	(1.351)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	582	1.593
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.299	3.299
Constituição	165	-
Reversão/Utilização/Baixa	(62)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	3.402	3.299
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	86.551	-
Constituição	56.823	86.551
Reversão/Utilização/Baixa	(105.517)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	37.857	86.551

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 30.09.2012, R\$ 308.749. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 276.218 com nível de risco possível.

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 30.09.2012, perfazem respectivamente, R\$ 179.455 e R\$ 121.702. Na posição de 31.12.2011, representavam, respectivamente, R\$ 160.547 e R\$ 108.879, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 30.09.2012, R\$ 94.725. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 83.321, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 30.09.2012, R\$ 36.902. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 32.459 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores depositados em conta de sua titularidade. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data-base de 30.09.2012, R\$ 26.586. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 22.624 com nível de risco possível.

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, conforme quadro abaixo:

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Demandas Trabalhistas	433.354	414.916
Demandas Fiscais	205.745	197.267
Demandas Cíveis	39.402	23.825
Total	678.501	636.008

j) Em “Outros Passivos Contingentes”, encontra-se registrado o valor de R\$ 37.857 (R\$ 86.551 em 31.12.2011), sendo R\$ 21.985 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna e R\$ 15.872 relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, as quais se encontram registradas em contas de compensação.

Notas Explicativas

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Máxima	26.481,45	24.275,20
Mínima	948,65	870,29
Média	7.185,90	6.363,48

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal			
Maior remuneração individual	315.144,94	331.806,21	23.750,22	23.631,20	23.750,22	23.631,20
Menor remuneração individual	268.564,90	300.012,23	23.750,22	23.631,20	23.750,22	23.631,20
Remuneração média individual	278.857,57	320.109,03	22.809,32	23.688,30	23.824,63	23.570,99
Número de membros ⁽¹⁾	7	7	6	6	6	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 59ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 91ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 30.03.2012.

Em 30.09.2012, o número de funcionários do Banco totalizava 6.018 (6.077 em 31.12.2011), registrando-se, uma redução de 0,97% no quadro de pessoal.

NOTA 24– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco no reconhecimento de suas obrigações:

a) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

b) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

b.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

b.1.1) Regime Atuarial no âmbito da CAPEF

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

b.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

b.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

Notas Explicativas

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.09.2012, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2011, 1:1).

b.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou resarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

b.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

b.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 41.570.608 (R\$ 37.747.461 em 31.12.2011) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 5.972.268 (R\$ 4.576.207 em 31.12.2011), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 333.805 (R\$ 329.775 em 30.09.2011).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

- c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem e Seca-2012), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2012	Provisão em 31.12.2011
AA	2.754.014	-	-
A	12.041.268	30.080	28.549
B	9.118.114	46.150	44.875
C	1.257.493	18.720	13.453
D	892.827	44.494	30.004
E	399.499	59.680	42.434
F	280.356	73.316	66.089
G	189.549	74.460	86.689
H	2.636.294	1.336.776	1.074.714
Total	29.569.414	1.683.676	1.386.807

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 686.666 (R\$ 606.676 em 30.09.2011).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem e Seca-2012), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 770.654 (R\$ 743.093 em 30.09.2011).

Notas Explicativas

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.09.2012	31.12.2011
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	016/2006	1.222	2.036
Proger-Urbano Investimento	017/2006	22.819	19.097
FAT - Infraestrutura	018/2006	270.254	274.523
Pronaf Investimento	019/2006	216	812
Proger-Rural - Custeio	020/2006	1.258	1.661
Pronaf - Custeio	001/2007	280	1.410
Proger-Rural - Investimento	002/2007	18.495	22.182
Protrabalho Investimento	004/2007	147.666	139.932
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.Orientado	001/2010	151.902	97.106
Total		614.112	558.759

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 633.169 (R\$ 622.390 em 31.12.2011) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 51.545 (R\$ 50.795 em 31.12.2011).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
- A partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.637	38	444	7.200	7.644
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	15.015	577	7.010	63.774	70.784
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	23.754	1.333	26.607	229.765	256.372
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	684	15	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	147	3	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	27.593	206	972	140.668	141.640
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	20.124	963	16.512	140.215	156.727
Total (Nota 13.a)			89.954	3.135	51.545	581.622	633.167

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.635	10	85	9.838	9.923
Proger – Urbano Investimento	17/2006	RA	26.066	996	13.293	62.810	76.103
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	120.350	11.266	20.404	249.455	269.859
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	344	11	192	484	676
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	118	4	69	77	146
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	43.277	264	3.320	159.625	162.945
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	8.332	1.102	13.432	89.305	102.737
Total (Nota 13.a)			201.122	13.653	50.795	571.594	622.389

(1)RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

Notas Explicativas

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, priorizando a identificação dos possíveis riscos existentes nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito Acima de R\$ 5.000 com risco total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.315.378 (R\$ 6.394.184 em 31.12.2011). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 2.527.728 (R\$ 2.603.051 em 31.12.2011). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias reais (alienação fiduciária de bens móveis, hipoteca e penhor), essas operações recebem outros tipos de garantias tais como quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nas posições de 30.09.2012 e 30.09.2011:

Especificação	30.09.2012 (%)	30.09.2011 (%)
Na data-base	343,05	199,63
Média dos últimos 12 meses	243,98	229,81
Máximo dos últimos 12 meses	343,05	321,96
Mínimo dos últimos 12 meses	195,93	175,15

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 30.09.2012 e 31.12.2011:

Especificação	30.09.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	207.037	282.669	212.777	34.595	-
Depósitos a Prazo	19.946	177.646	763.304	3.615.357	998.594
Operações Compromissadas	742.531	38.237	-	68.817	-
Letras do Agronegócio - LCA	13.757	57.211	65.724	412	-
Total	983.271	555.763	1.041.805	3.719.181	998.594
Recursos Disponíveis	6.248.536				

Especificação	31.12.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Interfinanceiros	10.968	202.145	379.955	-	-
Depósitos a Prazo	67.803	225.712	1.524.753	2.884.486	3.574.573
Operações Compromissadas	638.093	-	-	72.531	30.165
Letras do Agronegócio - LCA	47.951	70.784	81.907	-	-
Total	764.815	498.641	1.986.615	2.957.017	3.604.738
Recursos Disponíveis	3.185.693				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e de não negociação, por fator de risco;
- b) mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- c) relatório de exposição cambial;
- d) análise de sensibilidade;
- e) testes de estresse;
- f) testes de aderência (*backtesting*);
- g) relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • Carteira de negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência do Banco • Carteira de não negociação: 5% do valor do Patrimônio de Referência do Banco 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	5.499.764	5.496.684	(3.080)	5.493.656	(6.108)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dolar	Aumento do cupom	(56.698)	(60.112)	(3.414)	(63.188)	(6.489)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	1.061.277	1.010.717	(50.560)	963.838	(97.439)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(363.400)	(397.746)	(34.346)	(436.390)	(72.990)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	559.353	519.061	(40.292)	482.501	(76.851)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.733.632)	(1.734.036)	(404)	(1.734.025)	(393)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.321.951	3.276.375	(45.576)	3.232.868	(89.083)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado utilizando-se a ETTJ (Estrutura a Termo de Taxas de Juros) de taxas referenciais da BM&FBovespa, divulgada no seu sítio da Internet. Foram coletadas as seguintes taxas referenciais para a posição de 30.09.2012: DI x Pré, DI x Dólar, DI x Euro, DI x IPCA, DI x IGPM e DI x TR. Para a construção de taxas de Cupom de TJLP foi utilizada a estrutura da taxa DI x Pré combinada com a taxa da TJLP vigente na data da posição. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Demais Derivativos	Aumento da taxa referencial BM&F Bovespa DI x Pre	Swap DI x Pre	(272.084)	(263.020)	(254.566)
		Ativo Prefixado	283.394	261.044	240.902
		Exposição Líquida	11.310	(1.976)	(13.663)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F Bovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.297.379	1.249.481	1.204.097
		Passivo em ME	(1.287.346)	(1.259.213)	(1.232.412)
		Exposição Líquida	10.033	(9.732)	(28.315)

Na data-base de 30.09.2012, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de derivativos (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1).

Notas Explicativas

apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa, são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 30.09.2012, saldo líquido de exposição cambial comprada no importe de R\$ 13.829 (R\$ 562 em 31.12.2011 – posição comprada), na forma demonstrada a seguir em R\$ Mil:

Especificação	30.09.2012	31.12.2011	Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Disponibilidades	4.035	2.309	Depósitos	22.963	28.344
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.290	14.988	Relações Interdependências	10.247	7.142
Operações de Crédito	821.058	817.214	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	58.690	35.721
Outros Créditos	954.978	928.816	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.160.578	1.407.635
			Outras Obrigações	834.023	846.224
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.795.361	1.763.327	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.086.501	2.325.066
Operações de Swap	1.304.969	562.301	Operações de Swap	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.100.330	2.325.628	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.086.501	2.325.066

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (Commitments); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda

Notas Explicativas

estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 30.09.2012, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 30.09.2012, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 15,77% (16,32% em 31.12.2011), enquanto o PR foi de R\$ 4.802.706 (R\$ 4.604.614 em 31.12.2011). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.242.667 em 30.09.2012 (R\$ 3.054.085 em 31.12.2011).

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.802.706	4.604.614
. Nível I	2.401.353	2.302.307
. Nível II	2.401.353	2.302.307
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.242.667	3.054.085
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.749.613	2.619.648
. Parcela PJUR	3.029	642
. Parcela PCOM	352	345
. Parcela POPR	489.673	433.450
c) Valor do RBAN	107.826	48.603
Margem (a-b-c)	1.452.213	1.501.926
Índice de Basileia (Circ.Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	16,29%	16,58%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	15,77%	16,32%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Patrimônio de Referência (PR)	4.802.706	4.604.614
. Nível I	2.401.353	2.302.307
(+) Patrimônio Líquido	2.498.332	2.329.499
(+) Contas de Resultado Credoras	1.632.748	-
(-) Contas de Resultado Devedoras	1.648.129	-
(-) Reservas de Reavaliação	23.478	25.198
(-) Créditos Tributários Excluídos	6.633	291
(-) Ativo Permanente Diferido	260	1.703
(-) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	51.227	-
. Nível II	2.401.353	2.302.307
(+) Reservas de Reavaliação	23.478	25.198
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilidosos a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.161.438	1.137.872
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.303.638	1.216.319
(+) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	51.227	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	102.961	65.165
(-) Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	35.467	11.917

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular nº 3.477, de 28.12.2009, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	455.673	473.643
Total	455.673	473.643

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a. e Nota 26)	633.167	622.389
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.562.092	1.286.685
Tesouro Nacional	847	992
BNDES	1.407.776	1.152.894
Finame	153.469	132.799
Outras Obrigações	8.439.420	6.932.417
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	5.974.344	4.578.226
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.161.438	1.137.872
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h)	1.303.638	1.216.319
Total	10.634.679	8.841.491

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.i)	1.458.489	985.408
Capef	654.690	457.916
Camed	803.799	527.492
Total	1.458.489	985.408

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 31.09.2011
Benefícios de Curto Prazo	2.062	2.363
Honorários	1.923	1.838
Diretoria	1.638	1.570
Conselho de Administração	142	142
Conselho Fiscal	143	126
Outros	129	307
Participação no Lucro	10	218
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.062	2.363
Benefícios Pós-Emprego	175	146
Total	2.237	2.509

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 29 – Demonstrações do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.09.2012	01.01 a 30.09.2011
Lucro Líquido	230.625	419.796
Outros Resultados Abrangentes	54.669	(28.029)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	88.249	(49.738)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(35.300)	19.895
Realização da Reserva de Reavaliação	2.868	3.023
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(1.148)	(1.209)
Resultado Abrangente	285.294	391.767

Notas Explicativas

NOTA 30 - Outras Informações

Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2012	31.12.2011
Créditos Abertos para Importação	6.469	131.958
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.669	92.219
- FNE	14.986.709	13.926.213
- Outras Entidades	64.215	54.180
Coobrigações em Cessões de Crédito	27.103	26.815

Fortaleza, 29 de Outubro de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e à data-base de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas e auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria, sem modificações, datados de 14 de novembro de 2011 e de 7 de fevereiro de 2012, respectivamente.

São Paulo, 13 de novembro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8